



Onda Cidadã – política, comunicação e a produção do comum¹

Ecio P. de Salles²

Escola de Comunicação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ ECO-UFRJ

Calo-me, espero, decifro./ As coisas talvez
melhorem./ São tão fortes as coisas!/ Mas eu não
sou as coisas e me revolto./ Tenho palavras em
mim buscando canal,/ são roucas e duras,/
irritadas, enérgicas,/ comprimidas há tanto tempo,/
perderam o sentido, apenas querem explodir.

Carlos Drummond de Andrade

I. Introdução.

Novas formas de abordar o espaço comunicativo têm-se constituído como forma privilegiada de receber, produzir e mesmo criticar a comunicação. À margem dos grandes meios, prolifera uma quantidade enorme de veículos – os quais se expressam através de programas de rádio principalmente, mas não deixam de recorrer à televisão, à Internet, ao jornal escrito e a outros meios criativos. Altamente politizadas, sua militância trafega no sentido de uma democracia melhor definida que a colocada hoje em dia pela maioria dos Estados (governos), pela grande mídia ou por outros agentes políticos contemporâneos.

Um espaço de encontro para estes veículos – que é ao mesmo tempo um exemplo da capacidade política e dialógica dos agentes envolvidos nesse processo – é o programa/evento “Onda cidadã”. Realizado desde 2003 pelo Itaú Cultural, em São Paulo, seu objetivo vinha sendo “estabelecer uma rede de troca de informações e experiências entre profissionais e dirigentes de rádios comunitárias, públicas e universitárias”³.

Em junho de 2006, participei da quarta edição do evento. Agora modificado visando ampliar o seu enfoque (o que permitiu a minha participação), o programa passou a estabelecer discussões “sobre formas autônomas de comunicação representadas por

¹ Trabalho apresentado na Sessão Coordenada Ativismo, Mídia e Sociedade, do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

² Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal Fluminense, onde defendeu a dissertação *Poesia Revoltada: Rap, Raça e Cultura Brasileira*. Doutorando em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu projeto – Teia de fios tensos – diz respeito à pesquisa sobre manifestações estéticas (notadamente musicais) oriundas de projetos sociais desenvolvidos em comunidades populares (favelas).

³ In http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2178.

rádios comunitárias, imprensa alternativa, blogs, fanzines, videoblogs, podcasts, mídia tática, arte tática, entre outros”⁴. Um conjunto de entidades cujo ponto em comum, além de trabalharem no campo da comunicação, é o de militarem em favor da cidadania e dos direitos humanos.

II. O Contexto global

Muito se tem falado a respeito do fenômeno da globalização, e com efeito se pode interpretá-lo de inúmeras formas. Entretanto, de modo bastante simplificado, podemos reconhecer-lhe duas faces fundamentalmente: uma que se refere às instâncias econômicas e políticas dominantes, outra que diz respeito aos processos de resistência a essas instâncias ou a aspectos de sua dominação.

Antonio Negri e Michael Hardt dão ao conjunto dessas instâncias econômicas e políticas dominantes o nome Império, o qual “dissemina em caráter global sua rede de hierarquias e divisões que mantém a ordem através de novos mecanismos de controle e permanente conflito” (Hardt e Negri, 2005: 12).

O geógrafo Milton Santos, por sua vez, desdobra o fenômeno em três estágios distintos: a globalização como fábula, como perversidade e, finalmente, como possibilidade – a que denominará “outra globalização”.

O primeiro tem a ver com a forma ilusória através da qual a ordenação social, econômica e política do planeta é apresentada. Embora se verifique uma busca de uniformidade favorável aos setores hegemônicos, “o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal”. O segundo, a globalização como perversidade, expõe o mundo tal como ele é, submetendo-nos a uma “fábrica de perversidades”: aumento do desemprego e dos níveis de pobreza; queda da qualidade de vida das classes médias; perdas salariais contínuas; generalização da fome e falta de habitação; proliferação do vírus HIV e retorno de antigas doenças, que se supunham erradicadas; dificuldade de acesso à educação de qualidade; permanência da mortalidade infantil, a despeito dos progressos médicos e da informação (Santos, 2005: 19-20).

No Brasil, entre esses índices há pelo menos um que não corresponde à realidade mostrada: o que se refere à mortalidade infantil. Nas últimas décadas, as taxas de mortalidade entre crianças baixaram sensivelmente. Em compensação, o índice de mortalidade entre jovens aumentou radicalmente. Esse fenômeno é particularmente

⁴ idem.

sentido entre jovens negros moradores de favelas, no Brasil inteiro. Como demonstrado eloqüentemente no documentário *Falcão – meninos do tráfico*, a presença de jovens e crianças no tráfico de drogas é um problema nacional e bastante grave. Por essa e outras razões, Sílvia Ramos e Julita Lemgruber identificam que a mortalidade, notadamente por armas de fogo, no Brasil se concentra em determinadas áreas geográficas (as favelas, subúrbios, periferias), faixa etária, condição social e racial. “Assim, são as pessoas negras, e entre elas, as mais jovens as vítimas preferenciais da violência letal” (Ramos e Lemgruber, 2004).

Ao mesmo tempo, no contexto da globalização, a pobreza aumenta e as favelas não páram de se expandir em todo o mundo, e o Brasil não é exceção. Segundo Mike Davis,

por um curto período o campo ainda conterà a maioria dos pobres do mundo, mas esse título de reputação duvidosa passará para as favelas urbanas por volta de 2035. Pelo menos metade da próxima explosão populacional urbana do Terceiro Mundo será creditada às comunidades informais. Dois bilhões de favelados em 2030 ou 2040 é uma possibilidade monstruosa, quase incompreensível, mas a pobreza humana por si só superpõe-se às favelas e excede-as (Davis, 2006: 202-3).

Esse é o contexto da vida nos grandes centros urbanos do mundo atualmente, sem contar que os prognósticos disponíveis são ainda mais sombrios. Segundo pesquisadores do Observatório Urbano da ONU, em 2020, “a pobreza no mundo chegará a 45% do total de moradores de cidades” (Davis, 2006: 203).

As leituras de dados como esses, muitas vezes, tendem a conclusões drasticamente pessimistas. Embora não seja exatamente o caso de Davis, muitos acham que, dada a gravidade do problema, não há solução possível: as sociedades do mundo estariam condenadas ao colapso.

No que diz respeito especificamente à informação e comunicação, apesar dos extraordinários avanços tecnológicos – os quais passam pela Internet, pela digitalização da informação e incremento dos suportes – percebe-se uma cada vez mais acentuada verticalização e assimetria nas relações entre os grandes e poderosos centros de mídia e o conjunto da sociedade em geral. A comunicação não é encarada como um direito, mas como um mecanismo de controle a ser mantido nas mãos das grandes corporações. Essas empresas de mídia, atualmente, detêm tudo que diga respeito a texto, imagem e som, bem como sua divulgação através dos mais diversificados meios. Elas também se

organizam de forma global, jamais se restringem ao nacional ou local, como informa Ignacio Ramonet (Ramonet, 2003).

Ramonet, que é o Diretor-presidente do *Le Monde Diplomatique*, explica que “a globalização econômica é também a globalização da mídia de massa, da comunicação e da informação”. No entanto, esses grandes grupos, ao enfatizar seus próprios interesses, deixam de “denunciar os abusos contra os direitos ou de corrigir as disfunções da democracia para polir e aperfeiçoar o sistema político”, abrindo mão do papel de um “quarto poder” que poderia desempenhar, um poder encarregado de fiscalizar os outros poderes em benefício da democracia. “Quando, eventualmente, podem constituir um “quarto poder”, este se junta aos outros poderes existentes (político e econômico) para esmagar o cidadão como poder suplementar, como poder da mídia” (Ramonet, 2003).

Para o jornalista, “mídia de massa e globalização liberal estão intimamente ligadas”. O resultado é que os grandes meios de comunicação terminam por agir, muitas vezes em nome da liberdade de expressão, no sentido contrário ao dos interesses coletivos, notadamente dos setores mais empobrecidos da população. Ao fazer sua crítica da globalização, sempre levando em consideração sobretudo os seus aspectos mais perversos, Zygmunt Bauman alertava que, no mundo atual, “Não há espaço para os ‘líderes de opinião locais’; não há espaço para a ‘opinião local’ enquanto tal” (Bauman, 1999: 33). Com isso, os grandes meios acabam tornando-se representativos das tentativas de estabelecimento de um pensamento único – processo bastante reconhecível nas articulações internacionais de “combate ao terrorismo”, sobretudo após os ataques de 11 de setembro, nos Estados Unidos – cujos desdobramentos em outras esferas nacionais conduz, efetivamente, à manutenção dos privilégios de determinados grupos, há muito tempo instalados no poder. Nunca é demais salientar que esses grupos hegemônicos – na maioria dos casos – respondem a critérios que passam por classe social, raça/ cor e, em certa medida, gênero ou opção sexual, e padrões de normalidade. É uma lógica onde a diferença é de antemão e inevitavelmente discriminada.

Outro aspecto das relações sociais no mundo globalizado que é alvo de pesadas críticas é a que se refere a sua espetacularização. Baseados no conceito de “sociedade do espetáculo”, proposto por Guy Debord ainda na década de 60, Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl põem em cheque uma sociedade “comandada pela lógica do capital, cujos membros obedecem a uma ética bizarra que tem como valor supremo a visibilidade” (Kehl, 2004: 142). Na sociedade do espetáculo, dirão Kehl e Bucci, “o

espaço da política é substituído pela visibilidade instantânea do *show* e da publicidade, a fama torna-se mais importante do que a cidadania” (Kehl, 2004: 143).

III. Resistências

Uma outra forma de entender a globalização é através da ótica inversa, prestando atenção também aos novos circuitos cooperativos e colaborativos que proliferam no mundo inteiro, talvez no mesmo ritmo acelerado do crescimento das favelas. A partir daí, abrem-se possibilidades infinitas de encontros e trocas entre os inúmeros e diferentes sujeitos desse processo global. Um detalhe importante desta segunda face da globalização é que, como explicam Hardt e Negri, ela não implica que todos no mundo devam se tornar iguais; “o que ela proporciona é a possibilidade de que, mesmo nos mantendo diferentes, descubramos os pontos comuns que permitam que possamos agir conjuntamente” (Hardt e Negri, 2005: 12).

A singularidade de cada sujeito é fundamental para que a trama de ativistas, grupos culturais e artísticos, ONGs e outras formas de associativismo cumpra o seu papel de resistência. Organizados, esses sujeitos representam uma forma antitética à mediação padronizada dos veículos de massa. Ao articularem-se em rede, trabalham de modo análogo à sociedade de controle, configurando-se portanto como discursos e ações adequados a este momento histórico.

Esses novos agenciamentos de comunicação expressam as radicais transformações midiáticas deste início de século XXI, as quais vêm sendo definidas por diferentes nomenclaturas – era da intercomunicação (*mass self communication*), das trocas *peer to peer* (ponto a ponto), das mídias colaborativas e livres, das multidões inteligentes. Eles compartilham um mesmo sentimento de insatisfação e um mesmo desejo de interferir na realidade, modificando-a e aperfeiçoando-a, procurando recriá-la de acordo com interesses mais abrangentes e democráticos.

Na perspectiva da forma de trabalho hegemônica atualmente, o trabalho imaterial, os grupos que integram essas redes criativas atingem uma dimensão *biopolítica*⁵, na medida em que suas ações se baseiam na comunicação, na colaboração e nas relações afetivas. Por outro lado, o trabalho imaterial tem como virtude fundamental para o contexto em que nos situamos o fato de que só pode ser realizado

⁵ O trabalho imaterial é *biopolítico* na medida em que se orienta para a criação de formas de vida social; já não tende, portanto, a limitar-se ao econômico, tornando-se também imediatamente uma força social, cultural e política. Em última análise, em termos filosóficos, a produção envolvida aqui é a produção de subjetividade, a criação e a reprodução de novas subjetividades na sociedade (Hardt e Negri, 2005: 101).

em comum. A capacidade do trabalho imaterial de “investir e transformar todos os aspectos da sociedade e sua forma em redes colaborativas são duas características extraordinariamente poderosas” que ele “vem disseminando para outras formas de trabalho” (Hardt e Negri, 2005: 101). Essas características, não por acaso, também estão esboçadas na composição social e nos métodos de atuação de inúmeros grupos e ativistas no mundo inteiro, muitos dos quais baseados na elaboração de formas alternativas de comunicação.

Como havia percebido Henrique Antoun – em sua análise das atividades de mídia independente durante os protestos de novembro de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle –, antes da emergência do ativismo e da nova mídia, tinha-se a impressão de que as formas de resistência ao capitalismo globalizado estavam “fadadas aos gemidos impotentes da recusa à globalização ou à lamentação melancólica do contínuo enfraquecimento dos velhos meios de luta”. Entretanto, a história tem mostrado que, à medida que os problemas se multiplicam, formas de inteligência coletiva, articuladas em rede e envolvidas em uma atuação biopolítica potencializam sua criatividade e reinventam suas exigências. Afinal, Hardt e Negri comentam que

as forças fundamentais que têm orientado a história dos modernos movimentos de libertação e lutas de resistência são movidas em sua base não apenas pela luta contra a miséria e a pobreza, mas também por um profundo desejo de democracia – uma verdadeira democracia do governo de todos por todos, baseada em relações de igualdade e liberdade (Hardt e Negri, 2005: 101-2).

No Brasil, sobretudo nos grandes centros urbanos e especialmente a partir dos anos 80 e 90, essas formas de expressão e organização social emergem com força, não apenas elaborando discursos que se contraponham ao oficial, ao discurso do bloco de poder. Elas também inventam e reivindicam um papel insurgente para a favela em outra chave: criativo e comprometido com isto que Stuart Hall denominaria “força cultural popular-democrática” (Hall, 2003: 263). A democracia e o seu aprofundamento são, portanto, as demandas desse discurso antitético, dessa força cultural. Democracia aqui não se limita a questão de estruturas e relações formais, “mas também de conteúdos sociais, remetendo à maneira como nos relacionamos uns com os outros e como produzimos em conjunto” (Hardt e Negri, 2005: 134).

O desenvolvimento e consolidação desses grupos, assim como no caso da proliferação das favelas narrada por Mike Davis, não começou agora e nem se restringe a um único contexto nacional. Há tempos Stuart Hall observava que as culturas

marginalizadas, embora ainda periféricas em relação ao *mainstream*, vêm conquistando espaços cada vez mais importantes na sociedade, inclusive nos meios de comunicação. Em face desse processo, Hall observa que, apesar dos contratemplos, vale a pena correr todos os riscos dessa nova inserção.

[Sei que] existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio na espetacularização. Eu sei que o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada. Mas simplesmente menosprezá-la, chamando-a de “o mesmo”, não adianta (Hall, 2003: 339).

Há portanto, uma tensão entre duas formas de atuação possível: uma que rejeita a grande mídia, que, mesmo inadvertidamente, acompanha a sugestão do Independent Media Center⁶: “não odeie a mídia. Seja a mídia!”; outra que adere aos principais meios de comunicação como forma de dar visibilidade a seus projetos e discursos. Trata-se de uma tensão capaz, talvez, de fortalecer-se reciprocamente e gerar mecanismos para se pensar novas formas de cidadania, relações democráticas e transformação social, em outras palavras, para pensar a partilha – e a produção – do comum.

Nesse processo, entra em jogo a questão do acesso. A cidadania, nesse contexto, é buscada não como concessão do Estado. Tampouco é assimilada aos pressupostos do consumo. Para os grupos e ativistas de que se fala aqui, não se trata de aceitar os limites tradicionais – e largamente prejudicados hoje em dia, devido à nova composição do capitalismo global – da cidadania⁷ nem de trocá-los pela perspectiva do consumo como “nova” forma de afirmar a condição de cidadão⁸. Cabe formular uma noção de cidadania cujas exigências não encontram paralelo na história do mundo moderno.

Trata-se agora de dispor dos meios de informação, conhecimento e comunicação. Não apenas consumí-los ou adquirí-los, mas produzi-los. As modernas tecnologias – ferramentas de gravação digital, a Internet, entre outras – têm cumprido um papel determinante nesse processo. Inclusive tendo impacto sobre a legislação e o

⁶ “O *Independent Media Center* foi criado por organizações e ativistas da mídia independente e alternativa com o propósito de oferecer uma rede para a cobertura jornalística dos protestos de novembro de 1999 contra a OMC em Seattle. Construído a partir do conceito de mídia sob demanda” (Antoun, 2002: 21).

⁷ “Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei: é, em resumo ter direito civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos” (Pinsky e Pinsky, 2003: 9).

⁸ “É inegável que, nas últimas décadas, a intensificação das relações econômicas e culturais com os Estados Unidos impulsiona um modelo de sociedade no qual muitas funções do Estado desaparecem ou são assumidas por corporações privadas, e a participação social é organizada mais através do consumo do que mediante o exercício da cidadania” (Canclini, 1999: 14).

código penal (no que diz respeito à lei de direitos autorais, por exemplo). Com efeito, nos últimos anos vários grupos organizados ou ativistas independentes têm produzido formas criativas e colaborativas – amplamente democráticas – de produção artística e cultural, de divulgação e distribuição de seus produtos que têm transformado profundamente o cenário cultural contemporâneo. O portal *Overmundo*, o jornal coreano *Ohmynews* (cujo lema é: “todo cidadão é um repórter”) e as formas de gravação e distribuição de CDs do funk carioca ou do technobrega paraense são apenas alguns exemplos desse fenômeno.

Ao mesmo tempo, evidentemente, essa forma de produção está suscitando reações por parte do poder constituído. Para Ignacio Ramonet, a maneira adequada de fomentar os processos de resistência à ofensiva das novas formas de opressão e poder – que, na verdade, manifestam-se sob formas antidemocráticas, não raro contribuindo para sustentar os mecanismos de desigualdade social e a manutenção do sistema de dominação vigente – é a criação do que ele denomina um “quinto poder”.

Um "quinto poder" que nos permita opor uma força cidadã à nova coalizão dos senhores dominantes. Um "quinto poder" cuja função seria a de denunciar o superpoder dos grandes meios de comunicação, dos grandes grupos da mídia, cúmplices e difusores da globalização liberal (Ramonet, 2003).

No Onda Cidadã, a aposta dos grupos e ativistas que participam do evento é semelhante, embora não resida na constituição de formas de fiscalização da mídia já estabelecida⁹, das quais um exemplo no Brasil é o Observatório da Imprensa. Eles levam a fundo a idéia da comunicação como um direito humano a ser conquistado. É importante salientar que não se trata mais do restritivo direito oferecido nos regimes democráticos contemporâneos, que se pode traduzir no direito que temos de “ser informados”. Os participantes do OC enxergam além desse limite imposto pela democracia representativa conforme a conhecemos até aqui, apontando para um aprofundamento democrático ainda não atingido, mas em curso.

IV – A Onda Cidadã

Em 2005, Boaventura Sousa Santos publicou um livro intitulado *Forum Social Mundial: manual de uso*, no qual expunha uma reflexão sobre esse evento. O resultado foi o de iluminar a existência de alguns processos de resistência à globalização de

⁹ O próprio estatuto da mídia como sistema dominante foi um dos temas debatidos durante o evento. Na opinião de Noel de Carvalho, por exemplo, talvez fosse melhor falar numa mídia “predominante”, em vez de enfatizar o aspecto da dominação.

tendência neo-liberal que vêm, no mundo inteiro, questionando os modelos anti-democráticos e destrutivos de gestão do planeta. Para o sociólogo, em contraste com este tempo de “utopias conservadoras”, que nega veementemente a existência de alternativas à realidade presente, o Fórum representa o ressurgimento de uma utopia crítica, que expresse “o desejo de uma sociedade melhor” (Santos, 2005: 16).

Quero sugerir que, embora em uma escala menor, processos parecidos, mas oriundos de sujeitos organizativos diferentes – e até inesperados, em certo sentido – têm sido executados, reunindo temas e suscitando, ou sugerindo pelo menos, efeitos semelhantes aos produzidos pelo FSM, ainda que não idênticos. O programa Onda Cidadã, promovido pelo Itaú Cultural, é um exemplo evidente disso. Ele reúne ativistas e organizações cuja produção está em sintonia, a um só tempo, com os pressupostos apontados por Boaventura Sousa Santos no FSM e com a discussão precedente neste artigo, a respeito da produção do comum e da reivindicação de democracia pelos novos coletivos de inteligência e de resistência ao poder constituído.

Em face desse poder, o Onda Cidadã põe em movimento uma espécie de “sociologia das emergências”¹⁰, de acordo com o conceito proposto por Boaventura. Afinal, reúne atores sociais que se colocam no campo das possibilidades de um processo constituinte que se oponha ao modelo de globalização neoliberal. A sociologia das emergências, dirá Boaventura, “visa identificar e ampliar os sinais de possíveis experiências futuras, sinais inscritos em tendências e latências que são activamente ignoradas” pela racionalidade e pelo saber ocidentais (Santos, 2005: 30).

No Onda Cidadã, desde 2003 até agora, uma pluralidade de agenciamentos que atua em consonância com essa visão de mundo e tem marcado presença na sociedade brasileira fez-se presente, estabelecendo um diálogo produtivo a respeito de formas alternativas e contra-hegemônicas de comunicação. Nesse espaço, as trocas de informação e conhecimento, a demonstração da força de cada um dos projetos, as potencialidades de sua articulação coletiva, tudo isso se encontra ao alcance dos diversos participantes.

O programa se configura, então, como o ambiente de *uma polifonia popular democrática*. Ele reúne instituições e ativistas do campo popular, cujas formas de atuação e perspectivas políticas são declaradamente democráticas e democratizantes,

¹⁰ O autor propõe a combinação desta com o que denomina “sociologia das ausências”, a qual confronta o senso comum científico e necessita de imaginação epistemológica (reconhecimento de diferentes saberes, perspectivas e escalas de identificação) e de imaginação democrática (reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais).

empenhadas na busca por cidadania e afirmação da potência das chamadas minorias e, finalmente, cujas inúmeras vozes se comunicam de maneira polifônica. A polifonia, idéia que tomo emprestada a Bakhtin – que designa essa característica e a de *dialogismo* como a grande marca dos romances do escritor russo Fiódor Dostoiévski –, diz respeito à multiplicidade de vozes em diálogo, sem que nenhuma se imponha às demais. Polifonia e dialogismo são, portanto, categorias que se complementam em favor de uma idéia profunda de liberdade. A pluralidade de vozes, o diálogo produtivo que estabelecem entre si e a busca por democracia e liberdade expressam, dessa maneira, o conteúdo político do Onda Cidadã.

Com efeito, em praticamente todas, senão todas, as falas que se manifestaram durante o Onda Cidadã é possível notar pontos em comum, os quais vão desde os “lugares” de onde se articulam essas falas até as idéias, pontos de vista e reivindicações sociopolíticas, econômicas e culturais que elaboram.

Essa confluência de pensamento, entretanto, não se deu em prejuízo da grande diversidade de instituições, artistas, ativistas, intelectuais e variadas combinações dessas qualificações. Pelo contrário, na maioria das vezes elas eram muito diferentes entre si e independentes umas das outras. Um olhar panorâmico sobre as participações e atividades que se estenderam ao longo dos 24 dias de evento logo demonstrará essa pluralidade: rádios comunitárias, Observatório de Favelas, Mídia Tática, Frente 3 de Fevereiro ou cineastas como Noel Carvalho, representam formas as mais diferentes de atuação.

Mesmo assim, é possível fazer um recorte transversal em busca do comum que não apenas é compartilhado, mas é também produzido por esse conjunto de grupos e indivíduos. É nessa linha imaginária que se encontrarão os elementos que os tornam parte de um fenômeno único, capazes de constituir a polifonia popular democrática. Uma disposição diretamente associada à formação das *forças populares democráticas*, presumida por Stuart Hall e também com o que Michael Hardt e Antonio Negri consagraram como a *multidão*: “um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum” (Hardt e Negri, 2005: 140).

Durante a programação do Onda Cidadã diversas atividades diferentes dão oportunidade a diferentes formas de manifestação de opinião, produção de sentido e expressividade artística. Ali se tornam visíveis as formas de luta e de produção biopolítica, trata-se de um espaço de visibilidade dos principais movimentos e

organizações que estão trabalhando pela democratização da sociedade envolvidos nessas lutas. Desse modo, o Onda Cidadã se articula como uma cartografia das forças populares democráticas, as quais indicaram as linhas capazes de conduzir à criação da multidão.

Nos vários espaços criados por ocasião do evento, destacarei a partir de agora alguns que, de forma resumida, devido ao caráter exemplar que representam para o raciocínio desenvolvido aqui.

A sessão Colóquio do evento, por exemplo, é decisiva aqui, uma vez que trouxe a fala propriamente dita de cada atividade. Reuniu ativistas, coordenadores de projetos, intelectuais e artistas para debater diferentes temas, sempre vinculados à questão da comunicação alternativa. De forma muito sintética, o arranjo argumentativo do conjunto das falas do colóquio passa pelo entendimento da comunicação alternativa como *contra-comunicação*, na medida em que procura “exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados e assim *democratizar a informação e o acesso aos meios de comunicação*”, como sustentou Cicília Peruzzo em sua apresentação¹¹.

Esse é o primeiro ponto de contato entre as apresentações. Todos eles tratam de manifestações e/ou atividades que se colocam deliberadamente no lado oposto ao das formas convencionais, hegemônicas e pouco democráticas ligadas à comunicação ou a outras áreas, como a literatura e a economia. Em síntese, pode-se dizer que elas têm em comum o fato de localizarem-se no âmbito da resistência.

Ainda no texto de Cicília vê-se logo a ênfase nas iniciativas vinculadas aos “movimentos sociais, organizações comunitárias e afins”. Esse recorte também é comum ao empenho dos outros palestrantes que produziram para o Onda Cidadã. Entre as formas existentes de oposição aos modos hegemônicos, optam sempre por esse modelo de organização. Tratam de maneira geral da comunicação comunitária, economia solidária, mídia alternativa ou das relações entre comunicação e educação na contemporaneidade, ou de instituições específicas, como o Observatório de Favelas, na Maré, o AfroReggae, o Nós do Morro ou a CUFA, no Rio de Janeiro; o Espaço Cubo, em Cuiabá; os grupos de hip-hop ou associações como a Frente 3 de Fevereiro, em São Paulo, entre outros.

Em que pesem as diferentes perspectivas dos participantes do evento, sempre destacam as articulações da comunicação comunitária de segmentos da população

¹¹ Os conteúdos citados nesse tópico se baseiam nos textos lidos pelos palestrantes durante o evento.

engajados na mudança social e na ampliação dos direitos de cidadania. No final das contas, seu pensamento tem a ver com a emancipação do homem e a afirmação do acesso ao poder de comunicar como um direito humano, e/ou como um direito de cidadania, no mesmo nível dos demais direitos civis e políticos. É nessa direção que vai o discurso de Jaílson de Souza, do Observatório de Favelas, no Rio de Janeiro, que em sua fala delimitou na década de 90 um tempo que assinala a consolidação, em todos os setores da vida humana, de “mudanças de caráter profundo, contraditório e, ao mesmo tempo, preche de possibilidades”.

O projeto de que Jaílson é coordenador, e que foi seu tema durante a apresentação, tem na criação de uma TV comunitária de baixa frequência um de seus objetivos. Ele observa na “emergência de uma nova linguagem no campo da comunicação, protagonizada por moradores de comunidades populares”, uma oportunidade privilegiada para a elaboração de novos olhares sobre esse espaço, avançando no sentido da luta pela hegemonia no campo da representação da cidade, de forma que estas passem a ser vistas, principalmente, “como espaço da diferença, da solidariedade e do encontro plural”. Em outras palavras, como espaços de partilha e produção do comum.

Nos demais espaços de encontro proporcionados pelo Onda Cidadã, por diferentes que fossem em sua forma de manifestação, o conteúdo político era muito próximo das falas sintetizadas acima. Ainda mais que alguns dos integrantes das mesas do Colóquio também participaram de outras instâncias do evento.

Por exemplo, Eugênio Lima e Felipe Teixeira, que participaram do terceiro encontro do Colóquio, também apresentaram o espetáculo transdisciplinar *Futebol*, do grupo coordenado por eles, o Frente 3 de Fevereiro. O espetáculo mostra relações complexas entre o racismo, resultado do passado colonial, e o futebol, uma das marcas principais da identidade nacional, utilizando-se de recursos audiovisuais com participação de artistas, intelectuais, DJ e músicos.

Já a mostra cinematográfica representa um outro mapa, específico do que ONGs e outras entidades ligadas à área cinematográfica (quase sempre combinada com aspectos sociais e educativas, mas sempre atentas à questão da qualidade de suas produções) têm produzido nos últimos anos. Basta dizer que foram exibidos filmes produzidos por cineastas do Nós do Morro; Spectaculu/ Kabum; Kinoforum; TV Pínel; Filmagens Periféricas; Oficina de Imagem Popular; entre outras.

Em face dessas considerações, um problema salta à vista. É a contradição visível entre esses discursos contundentes, avessos ao mercado e à lógica da sociedade do consumo, e o fato de se articularem no espaço de um centro cultural vinculado direta e declaradamente à uma poderosa instituição financeira, que é o Banco Itaú.

Essa questão esteve sempre presente entre os participantes nas discussões de bastidores do evento. Na maioria das vezes, pelo menos entre os argumentos que tive oportunidade de colher entre um café e outro, nos intervalos entre cada atividade, buscava-se superar a contradição apelando-se ao fato de que se tratava ali de um espaço diferenciado do banco. O escritor Ferrèz, por exemplo, que é morador da periferia paulistana e um crítico ferrenho da “ordem burguesa” e do sistema capitalista, chegou a comentar (durante um outro evento, o *Antídoto*¹², realizado em outubro passado) que o Itaú Cultural é um dos poucos espaços onde o “povo da periferia” pode se sentir à vontade.

Segundo Eduardo Saron, superintendente do Itaú Cultural, no discurso de fundação da instituição, Olavo Setúbal, presidente do banco, teria afirmado que aquele seria um espaço independente, que não atenderia obrigatoriamente às exigências de marketing do Itaú. Em outras palavras, que o Itaú Cultural teria vida própria. Apesar de tudo isso, e apesar também de os participantes do evento mostrarem-se de fato muito à vontade, o mal-estar não deixa de assombrar a situação.

A meu ver, esse impasse ocorre devido a inúmeras e complexas razões. Quero propor duas, a princípio. A primeira teria a ver com o fato de que, como assinalou Jesús Martín-Barbero (lendo Canclini), “nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência”, e, por outro lado, o reconhecimento de que nem tudo que vem “de cima” expresse valores da classe dominante, “pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são as da dominação” (Martín-Barbero, 2001: 119). Cumpre notar que essas palavras encontram eco no depoimento de um dos participantes do Colóquio Onda Cidadã, o cineasta Noel Carvalho, que após criticar os argumentos mais comuns contra a grande mídia, porque tendem “a tomar como homogêneo e coeso algo que está em constante transformação e disputa”, disse em sua fala que “nem tudo o que é apresentado como alternativo está necessariamente em oposição ao dominante e aponta para formas democráticas de relações sociais”.

¹² Cujo tema era a reflexão sobre o papel da cultura em áreas de conflito (ver www.itaucultural.org.br).

A outra deve-se à percepção dos grupos empresariais de diversas naturezas – os bancos, a grande mídia, as indústrias – de que é necessário e urgente um diálogo efetivo com os setores representativos das periferias das grandes cidades, talvez mesmo em nome da preservação da ordem de que esses grupos têm se favorecido até hoje (o que significaria, em última instância, um diálogo em nome da manutenção da dominação).

Embora de certa forma sejam razões contraditórias, suspeito que é no espaço complementar entre ambas que se pode encontrar uma saída para o impasse. O surgimento de programas de TV como o Central da Periferia, na Rede Globo; o apoio da FIESP às atividades de grupos oriundos da favela, como o AfroReggae e a CUFA; e da criação de fundações ou centros culturais mais permeáveis aos discursos da diferença e de crítica ao modo capitalista mostram que se de um lado se mantém uma perspectiva de dominação por parte dos grupos hegemônicos, de outro, os grupos contra-hegemônicos têm-se mostrado cada vez mais preparados organizativa e intelectualmente, além de buscarem usar as brechas e contradições dos sistemas hegemônicos para introduzir suas próprias perspectivas e interesses.

V – Conclusão

Outra questão que talvez se deva levantar é que o viés de raciocínio que desenvolvo aqui pode ser encarado como excesso de otimismo. Mas não se trata de colocar a questão em termos de otimismo (nem de pessimismo). As questões levantadas por Bauman ou Bucci e Kehl, mencionadas anteriormente, são de fato indicativas de dificuldades aparentemente insuperáveis do mundo atual. A esses argumentos, Muniz Sodré acrescentaria que a vitória da imagem e do espetáculo no universo da política representa, na verdade, a desmobilização do espaço público, além de consolidar o “fim da esperança social”. Para o autor, a *polis* universal sonhada pelos pensadores clássicos da política já teria chegado, contudo apenas em sua “forma tecnologicamente virtual”, o que significaria a “mais absoluta inanição do agir político (Sodré, 2006: 160-1).

No entanto, é preciso reconhecer também que as diversas formas de investimento social, político, econômico, cultural e afetivo – quase todos articulados em torno de veículos alternativos de comunicação – parecem menos preocupados com a “fama”, pelo menos a fama estéril da chamada cultura de massas, que com a afirmação de identidades insubmissas – inclusive em relação aos próprios limites que a noção de identidade impõe – e a proposição de estratégias para democratização da sociedade e dos acessos aos direitos, à cidadania enfim. Ao fazerem isso, também dão a impressão de

constituírem-se como “líderes de opinião local”, pra usar o termo de Bauman; não exatamente aqueles que vão “falar pelas” favelas e periferias, mas aqueles que fazem falar essas comunidades. Com isso, introduzem propostas de intervenção na sociedade que, se não trazem a solução de todos os problemas – e, de resto, tampouco o pretendem –, no mínimo representam uma força constituinte em plena atividade, apontam para o começo de algo diferente, expressam a negação do conformismo e demonstram a considerável – e renovada – vitalidade de um agir político no mundo contemporâneo.

VI. Bibliografia

- ANTOUN, Henrique. 2001-2002. *Comunidades virtuais, ativismo e o combate pela informação*. In Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, N° 15-16. Rio de Janeiro: UFRJ.
- BAKHTIN, Mikhail. 1993. *A cultura popular na idade média – o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- BAUMAN, Zygmunt. 1999. *Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CANCLINI, Néstor Garcia. 1999. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. 2004. *Videologias: Ensaio sobre a televisão*. São Paulo: Boitempo.
- _____. 2003. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras.
- COSTA, Mauro Sá Rego; HERMANN JR., Wallace. 2002. *Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política*. In Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, N° 17. Rio de Janeiro: UFRJ.
- DAVIS, Mike. 2006. *Planeta de favelas*. In SADER, Emir. *Contragolpes – seleção de artigos da New Left Review*. São Paulo: Boitempo.
- HALL, Stuart. 2003. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. 2005. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. 2001. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- RAMONET, Ignacio. 2003. *O quinto poder*. Publicado originalmente na edição brasileira do *Le Monde Diplomatique* n° 45, outubro de 2003.
- RAMOS, Sílvia; LEMGRUBER, Julita. 2004. *Criminalidade e respostas brasileiras à violência*. In www.ucamcesec.com.br.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*.
- SANTOS, Milton. 2005. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- SODRÉ, Muniz. 2006. *As estratégias sensíveis*. Rio de Janeiro: Vozes.

Internet

http://www.itaucultural.org.br/ondacidade/cobertura_resumido.cfm.